

RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXERCÍCIO DE 2014 – CONTAS CONSOLIDADAS

Senhores Accionistas,

De acordo com a Lei e os Estatutos, submetemos à Vossa apreciação, discussão e votação o Relatório, Balanço Consolidado e Demonstração de Resultados Consolidado da Pedro Arroja – SGPS, S.A. referentes ao Exercício de 2014.

ANÁLISE DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Os capitais próprios do grupo de sociedades Pedro Arroja, no final do exercício, ascendem à quantia de 5 199 160,65 Euros, cerca de 7% inferior ao valor registado no final de 2013.

O Produto da Actividade, resultante dos rendimentos de serviços e comissões conseguidos pelas empresas incluídas na esfera de consolidação de contas cifra-se em 129 801,98 Euros.

Os gastos gerais administrativos e dos custos com o pessoal diminuíram cerca de 79.000,00 Eur, no perímetro de consolidação das contas das sociedades participadas, quando comparados com o exercício anterior.

O resultado consolidado do exercício é no valor de – 223 403,05 Euros.

PERSPECTIVAS PARA 2015

Além de persistir o objectivo de assegurar prudência na condução empresarial do grupo de sociedades Pedro Arroja, mantendo a sua robustez financeira, estão, também, lançadas outras vias para a recuperação económica e financeira das sociedades participadas.

INFORMAÇÕES RELEVANTES E NOTAS FINAIS

O Conselho de Administração expressa o seu reconhecimento aos accionistas e às Autoridades de Supervisão pela cooperação no acompanhamento da actividade.

A sociedade não adquiriu ou alienou durante o exercício acções próprias.

A sociedade não tem qualquer dívida ou situação de mora para com o Estado e a Segurança Social.

Porto, 5 de Junho de 2015

O Conselho de Administração

Pedro Arroja

Patima Pereira

Natália Gaspar

António Ferreira Neves

Ricardo Arroja

Balanço Consolidado NIC/NIRF em 31 de Dezembro

ACTIVO	Notas / Quadros anexos	2014		2013	
		Valor antes provisões, imparidade e	Provisões, imparidade e amortizações	Valor Líquido	Valor Líquido
Caixa e Disponibilidades em bancos centrais		2,111.52	0.00	2,111.52	2,394.88
Disponibilidade em outras instituições de crédito		13,970.54	0.00	13,970.54	56,719.83
Activos financeiros detidos para negociação		0.00	0.00	0.00	0.00
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		201,434.18	0.00	201,434.18	298,842.39
Activos financeiros disponíveis para venda		0.00	0.00	0.00	0.00
Aplicações em instituições de crédito		969,798.78	0.00	969,798.78	1,213,300.69
Crédito a clientes		0.00	0.00	0.00	0.00
Investimentos detidos até à maturidade		11,803.21	155.82	11,647.39	6,074.02
Activos com acordo de recompra		0.00	0.00	0.00	0.00
Derivados de cobertura		0.00	0.00	0.00	0.00
Activos não correntes detidos para venda		0.00	0.00	0.00	0.00
Propriedades de investimento		0.00	0.00	0.00	0.00
Outros activos tangíveis		5,003,351.12	1,487,911.62	3,515,439.50	3,592,664.18
Activos intangíveis		0.00	0.00	0.00	0.00
Investimentos em associadas e filiais excluídas de consolidação		19,671.76	13,478.25	6,193.51	3,798.16
Activos por impostos correntes	14	24,130.39	0.00	24,130.39	18,730.62
Activos por impostos diferidos		522,018.10	0.00	522,018.10	644,220.65
Outros activos:		47,882.45	0.00	47,882.45	35,830.80
Devedores por seguro directo e resseguro		0.00	0.00	0.00	0.00
Outros		47,882.45	0.00	47,882.45	35,830.80
Total do Activo		6,816,172.05	1,501,545.69	5,314,626.36	5,872,576.22
PASSIVO		2014		2013	
Recursos de bancos centrais			0.00		0.00
Passivos financeiros detidos para negociação			0.00		0.00
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados			0.00		0.00
Recursos de outras instituições de crédito			0.00		0.00
Recursos de clientes e outros empréstimos			0.00		0.00
Responsabilidades representadas por títulos			0.00		0.00
Passivos financeiros associados a activos transferidos			0.00		0.00
Derivados de cobertura			0.00		0.00
Passivos não correntes detidos para venda			0.00		0.00
Provisões			2,865.60		2,865.60
Provisões técnicas			0.00		0.00
Passivos por impostos correntes			0.00		0.00
Passivos por impostos diferidos			0.00		0.00
Instrumentos representativos de capital			0.00		0.00
Outros passivos subordinados			0.00		0.00
Outros passivos:			112,600.11		111,368.83
Credores por seguro directo e resseguro			0.00		0.00
Outros passivos			112,600.11		111,368.83
Total do Passivo			115,465.71		114,234.43
CAPITAL		2014		2013	
Capital	16		3,945,000.00		3,945,000.00
Prémios de emissão			0.00		0.00
Outros instrumentos de capital			0.00		0.00
Acções próprias			0.00		0.00
Reservas de reavaliação			0.00		0.00
Outras reservas e resultados transitados	16		-761,738.15		-491,389.65
Resultado do exercício	16		-223,403.05		-85,297.42
Dividendos antecipados			0.00		0.00
Interesses minoritários	16		2,239,301.85		2,390,028.86
Total do Capital			5,199,160.65		5,758,341.79
Total do Passivo + Capital			5,314,626.36		5,872,576.22

RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Contas Extrapatrimoniais	3,075,654.88	3,586,471.23
--------------------------	--------------	--------------

A Técnica Oficial de Contas
Teresa Gouveia
(T.O.C. 65468)

Teresa Gouveia

A Administração
Pedro Arroja
Fátima Pereira
António Ferreira Neves
Ricardo Arroja
Natália Gaspar

P. Arroja
F. Pereira
A. Ferreira Neves
R. Arroja
N. Gaspar

Demonstração Consolidada de Resultados NIC/NIRF em 31 de Dezembro

(Em EUR)			
	Notas / Quadros anexos	2014	2013
Juros e rendimentos similares		26,726.84	46,035.24
Juros e encargos similares		0.00	8.04
Margem financeira		26,726.84	46,027.20
Rendimentos de instrumentos de capital		0.00	0.00
Rendimentos de serviços e comissões	11	104,181.49	135,112.14
Encargos com serviços e comissões		1,017.04	1,113.34
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	11	-6,154.46	171.63
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda		0.00	0.00
Resultados de reavaliação cambial		0.00	-2.84
Resultados de alienação de outros activos		0.00	0.00
Prémios líquidos de resseguro		0.00	0.00
Custos com sinistros líquidos de resseguro		0.00	0.00
Variação das provisões técnicas líquidas de resseguro		0.00	0.00
Outros resultados de exploração	11	6,065.15	54,182.02
Produto da actividade		129,801.98	234,376.81
Custos com pessoal	15	380,915.38	384,651.16
Gastos gerais administrativos	15	108,857.02	126,089.55
Amortizações do exercício		88,232.68	92,554.39
Provisões líquidas de reposições e anulações		0.00	0.00
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações		0.00	0.00
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		-113.37	-165.01
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações		-1,197.67	-101,664.22
Diferenças de consolidação negativas		0.00	0.00
Resultados associados e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)		1,197.67	-629.83
Resultados antes de impostos e interesses minoritários		-445,694.39	-267,718.89
Impostos			
Correntes	14	1,034.21	7,692.68
Diferidos		-96,401.93	-48,578.34
Resultados após impostos antes interesses minoritários		-350,326.67	-226,833.23
Do qual: Resultado líquido após impostos de operações descontinuadas		0.00	0.00
Interesses minoritários		-126,923.62	-141,535.81
Resultado consolidado do exercício		-223,403.05	-85,297.42

A Técnica Oficial de Contas
 Teresa Gouveia
 (T.O.C. 65468)

Teresa Gouveia

A Administração
 Pedro Arroja
 Fátima Pereira
 António Ferreira Neves
 Ricardo Arroja
 Natália Gaspar

[Handwritten signatures]

Notas Anexas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
em 31 de Dezembro de 2014

(Instrução n.º 18/2005 do Banco de Portugal)

[Handwritten signatures and initials]

Introdução

A sociedade adopta a denominação de Pedro Arroja – SGPS, S.A., é uma sociedade anónima sediada na Avenida Montevideu, 282, no Porto, foi constituída por escritura pública lavrada no Terceiro Cartório Notarial do Porto em 22 de Maio de 2002, contribuinte fiscal e pessoa colectiva número 506172228, registada na Conservatória do Registo Comercial do Porto, cujo objecto social consiste na gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

Em termos da legislação em vigor, a actividade da sociedade está sujeita à supervisão do Banco de Portugal.

2. Critérios valorimétricos e práticas contabilísticas

As diversas rubricas das demonstrações financeiras da Pedro Arroja - SGPS, S.A., foram aplicados os critérios valorimétricos e práticas contabilísticas estabelecidos a nível internacional para a actividade das Sociedades Gestoras de Participações Sociais e sobre consolidação de contas, segundo as convenções do custo histórico e da continuidade das operações e do método da consolidação integral e da equivalência patrimonial, e em conformidade com os princípios contabilísticos da consistência, prudência, especialização de exercícios, materialidade e substância sobre a forma.

As contas foram preparadas de acordo com a Legislação aplicável até 31 de Dezembro de 2014, designadamente, as normas do Banco de Portugal e IAS em vigor.

4. Descrição sumária da estrutura do grupo

A Pedro Arroja - SGPS, S.A. é detentora de duas participações, uma no capital da Pedro Arroja - Gestão de Patrimónios, S.A., no montante de 51%, desde 20 de Dezembro de 2002, outra no capital da Pedro Arroja - Consultores de Gestão e Contabilidade, Lda., com a mesma participação de 51% no capital desde 26 de Abril de 2004.

5. A denominação, a sede das empresas filiais compreendidas na consolidação, e a fracção do capital detido quer pela empresa-mãe, quer por outras empresas também compreendidas na consolidação

A Pedro Arroja - SGPS, S.A. detém 51% do capital da Pedro Arroja - Gestão de Patrimónios, S.A., sediada na Avenida Montevideu, 282, no Porto, empresa consolidada com a empresa-mãe segundo o método integral.

6. A denominação e a sede das empresas não compreendidas na consolidação, nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 36/92, e, bem assim a fracção do capital detido nas mesmas empresas

A Pedro Arroja - SGPS, S.A. detém 51% do capital da Pedro Arroja - Consultores de Gestão e Contabilidade, Lda., sediada no mesmo local das anteriores, esta empresa encontra-se relevada segundo o método da equivalência patrimonial, nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do DL n.º 36/92, pelas actividades serem distintas do grupo de empresas compreendidas na consolidação e, por conseguinte, não ser possível cumprir o objectivo das contas consolidadas referido no artigo 6.º do mesmo decreto-lei, o de fornecer “uma imagem fiel do património, da situação financeira e dos resultados do conjunto de empresas compreendidas na consolidação”.

11. Repartição sectorial e geográfica da actividade do grupo e da sua evolução durante o exercício

Os rendimentos/resultados realizados relativamente às rubricas da demonstração consolidada de resultados, durante o exercício de 2014, foram obtidos com clientes e/ou com operações realizadas exclusivamente em Portugal.

12. Efectivo médio de trabalhadores ao serviço das empresas do grupo durante o exercício

Administradores: 5

Empregados: 5

14. A diferença entre os encargos fiscais imputados à demonstração consolidada de resultados do respectivo exercício e dos exercícios anteriores e os encargos já pagos ou a pagar

No exercício de 2014, o imposto sobre lucros é de 1.034,21 Euros.

Durante o exercício de 2014, no grupo de empresas do perímetro de consolidação efectuaram-se pagamentos especiais por conta, em sede de IRC, no valor total de 2.089,84 Euros. As retenções na fonte de terceiros foram de 14.038,80 Euros.

Não existem quaisquer dívidas fiscais à data de realização destas notas anexas, nem relativamente aos exercícios anteriores.

15. O montante das remunerações correspondentes ao exercício atribuídas aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da empresa-mãe e das filiais

Pedro Arroja - SGPS, S.A.:

Remunerações atribuídas no exercício à Administração: 45.605,33 Euros

Remunerações atribuídas no exercício ao Conselho Fiscal: 2.580,00 Euros

Pedro Arroja - Gestão de Patrimónios, S.A.:

Remunerações atribuídas no exercício à Administração: 77.747,62 Euros

Remunerações atribuídas no exercício ao Conselho Fiscal: 15.917,96 Euros

Remunerações atribuídas no exercício à Assembleia Geral: 2.400,00 Euros

16. Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício em cada uma das rubricas dos capitais próprios

Rubricas	Saldo inicial	Movimentos no exercício		Saldo final
		Débito	Crédito	
Capital	3,945,000.00	0.00	0.00	3,945,000.00
Resultados Transitados	-491,389.65	270,348.50		-761,738.15
Resultado Líquido do Exercício	-85,297.42	85,297.42	223,403.05	-223,403.05
Interesses minoritários	2,390,028.86	2,390,028.86	2,239,301.85	2,239,301.85
Totais	5,758,341.79	2,745,674.78	2,462,704.90	5,199,160.65

Porto, 05 de Junho de 2015

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS

Teresa Gouveia (T.O.C. n.º 65468)

Teresa Gouveia

A ADMINISTRAÇÃO

Pedro Arroja

Fátima Pereira

António Ferreira Neves

Ricardo Arroja

Natália Gaspar

[Handwritten signatures of Pedro Arroja, Fátima Pereira, António Ferreira Neves, Ricardo Arroja, and Natália Gaspar]

Lopes Vinga, Artur Moreira & Associado, SROC, Lda.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Telefone: +351 226 092 167; Fax: +351 226 002 701

E-mail: sroc@ca-vinga.com

Rua Júlio Dinis, 902 1.º Dto.

4050-322 Porto

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

OBJECTO

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas de “PEDRO ARROJA – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.” as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014, (que evidencia um total de 5.314.626,36 euros e um total de capital próprio de 5.199.160,65 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 223.403,05 euros), a Demonstração dos Resultados por Natureza do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação das demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem de Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
 - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;



Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de
Contas sob o n.º 3;
Capital Social 5.000 euros;
Contribuinte n.º 501 515 771

Lopes Vinga, Artur Moreira & Associado, SROC, Lda.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Telefone: +351 226 092 167; Fax: +351 226 002 701

E-mail: sroc@ca-vinga.com

Rua Júlio Dinis, 902 1.º Dto.

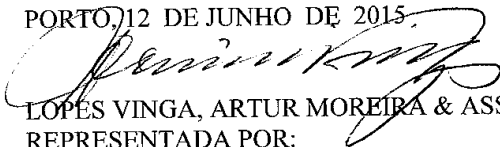
4050-322 Porto

- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de “PEDRO ARROJA – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.” em 31 de Dezembro de 2014, o resultado consolidado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

PORTO, 12 DE JUNHO DE 2015.



LOPES VINGA, ARTUR MOREIRA & ASSOCIADO, S.R.O.C., LDA. (Insc. n.º 3)

REPRESENTADA POR:

MANUEL HERNÂNI MARTINS LOPES VINGA (R.O.C. N.º 212)

Lopes Vinga, Artur Moreira & Associado, SROC, Lda.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Telefone: +351 226 092 167; Fax: +351 226 002 701

E-mail: sroc@ca-vinga.com

Rua Júlio Dinis, 902 1.º Dto.

4050-322 Porto

PEDRO ARROJA - SGPS, SA

**RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO
CONTAS CONSOLIDADAS**

SENHORES ACCIONISTAS

Em cumprimento das disposições Legais e Estatutárias, a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas no exercício das funções de Fiscal Único Revisor Oficial de Contas, apresenta o relatório da actividade desenvolvida no Exercício de 2014 e o parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras Consolidadas apresentadas pelo Conselho de Administração.

Como consequência do trabalho de revisão efectuado, emitimos a respectiva Certificação Legal das Contas Consolidadas, em anexo.

No âmbito das nossas funções verificamos que:

- i) o Balanço Consolidado, as Demonstrações Consolidadas dos Resultados por natureza e o correspondente Anexo permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa e dos seus resultados;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;
- iii) o Relatório Consolidado de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade evidenciando os aspectos mais significativos;

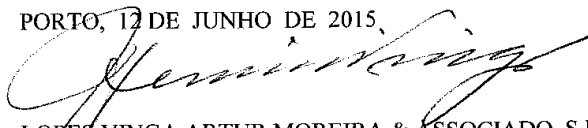
Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas da Administração e dos Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas Consolidadas, somos de

P A R E C E R

1 - seja aprovado o Relatório Consolidado de Gestão;

2 - sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras Consolidadas;

PORTO, 12 DE JUNHO DE 2015,



LOPES VINGA, ARTUR MOREIRA & ASSOCIADO, S.R.O.C., LDA.

REPRESENTADA POR:

MANUEL HERNÂNI MARTINS LOPES VINGA (R.O.C.)



DISCIPLINA DE MERCADO PEDRO ARROJA SGPS, SA

Nota Introdutória

O presente documento tem como objectivo dar informação sobre as posições e actividade da Pedro Arroja SGPS, S.A., podendo adiante ser designado por Grupo Pedro Arroja, numa óptica predominantemente prudencial.

Em cumprimento do Aviso 10/2007, alterado pelos Avisos 8/2010 e 9/2011, a informação prestada é tida como relevante, com o maior detalhe possível, em que a sua ordem dos capítulos é a estipulada no aviso em apreço.

Os valores apresentados são ventilados de acordo com as classificações ditadas pelos normativos prudenciais regulamentares seguidos pela instituição, impostos pela lei portuguesa com base nas directivas comunitárias e fundamentadas nas recomendações do Novo Acordo de Basileia nomeadamente nos pontos relativos ao seu Pilar III, dito “disciplina de mercado”.

Os valores monetários apresentados reflectem as posições do Grupo Pedro Arroja a 31 de Dezembro de 2014.

ANEXO I. Declaração de Responsabilidade

O Conselho de Administração da Pedro Arroja SGPS, SA certifica que foram desenvolvidos todos os procedimentos considerados necessários e que, tanto quanto é do seu conhecimento, toda a informação divulgada é verdadeira e fidedigna.

Da mesma forma, assegura a qualidade de toda a informação divulgada, incluindo a referente ou com origem em entidades englobadas no Grupo Pedro Arroja.



Handwritten signature/initials

O Conselho de Administração compromete-se a divulgar tempestivamente quaisquer alterações significativas que ocorram no decorrer do exercício subsequente àquele a que o documento se refere.

Será de referir que, entre 31 de Dezembro de 2014 (data a que se refere a informação utilizada na produção dos mapas anexos) e a presente data, a actividade do Grupo não denotou eventos que se julgue poderem classificar-se de “relevantes” de forma a merecer serem aqui mencionados de forma específica.

ANEXO II. Âmbito de Aplicação e Políticas de Gestão de Risco

A Pedro Arroja SGPS, SA é a “sociedade-mãe” do Grupo Pedro Arroja, grupo financeiro, cuja actividade no último exercício, se centrou na actividade gestão de carteiras ou discricionária, específica da actividade das sociedades gestoras de patrimónios e, ainda, de forma acessória, na prestação de serviços de contabilidade e gestão às empresas do Grupo.

A actividade do Grupo Pedro Arroja é desenvolvida através do conjunto de entidades que a seguir se elencam, onde se evidenciam as entidades que são consolidadas a nível contabilístico e da percentagem da participação no seu capital social da entidade principal.

Indica-se, para cada uma, o valor do seu activo, procura-se assim dar uma noção da dimensão de cada instituição para cada uma dessas realidades. Finalmente, indica-se o método de consolidação de cada entidade de acordo com as normas internacionais de contabilidade (regras contabilísticas) e de acordo com as regras prudenciais regulamentares emitidas pelo Banco de Portugal.

Entidades consolidadas no Grupo Pedro Arroja

Empresas	Entidade/ actividade	Sede	Activo contabilístico total	Participação efectiva	Perímetro de consolidação
Empresa-mãe					
Pedro Arroja - SGPS, S.A.	Sociedades Gestoras de Participações Sociais	Portugal	2,888,764		
Empresas consolidadas					
Pedro Arroja - GP, S.A.	Sociedades Gestoras de Patrimónios	Portugal	4,996,751	51%	Integração global

Handwritten signature

Empresa incluída no perímetro de consolidação relevante para efeitos prudenciais

Pedro Arroja - CGC, Lda	Soc. Consultoria de gestão e contabilidade	Portugal	70,350	51%	Equivalência patrimonial
-------------------------	--	----------	--------	-----	--------------------------

Neste quadro evidenciam-se as entidades que são consolidadas a nível contabilístico, com indicação da sede social em Portugal, e da percentagem da participação da Pedro Arroja SGPS, SA no seu capital social. Indica-se, para cada uma, o valor do seu activo contabilístico e o contributo para os activos ponderados pelo risco.

Procura-se assim dar uma noção da dimensão de cada instituição para cada uma dessas realidades. Finalmente, indica-se o método de consolidação de cada entidade de acordo com as normas internacionais de contabilidade (regras contabilísticas) e de acordo com as regras prudenciais regulamentares emitidas pelo Banco de Portugal.

Enquadramento e políticas em matéria de gestão de risco, quanto à sua identificação, quantificação daqueles materialmente mais relevantes, repartidos, nomeadamente, pelas seguintes categorias de risco: risco de crédito; riscos de mercado; risco de taxa de juro; risco de taxa de câmbio; risco operacional; risco de sistemas de informação; risco estratégico; risco de *compliance*; risco de reputação.

Em relação a esta análise, consagrado e aplicado o princípio da segregação patrimonial, as sociedades Pedro Arroja não têm carteira de negociação, pelo que não há materialidade ou impacto no cálculo dos fundos próprios relativos a posições da carteira, os riscos de mercado e de crédito, de taxa de juro, os riscos cambiais e de mercadorias, e por isso sem sujeição ao estabelecimento de sistemas e controlos de gestão para a fiscalizar e controlar os grandes riscos.

A materialidade ou impacto potencial dos riscos para o Grupo Pedro Arroja são os previstos no ponto 2, anexo XII, do presente documento.

A estrutura do Grupo está exclusivamente direccionada para o desenvolvimento da gestão de carteiras de terceiros, devendo ser considerada ou tratada como uma única área funcional.

Handwritten signature

Para assegurar uma adequada gestão do sistema de controlo interno, encontram-se definidas responsabilidades específicas e transversais para determinados órgãos de estrutura que desenvolvem actividades no sentido de garantir um adequado sistema de controlo interno:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Compete ao Conselho de Administração rever e aprovar periodicamente a estratégia e as políticas de gestão do risco e do controlo interno e estabelecer e garantir a sua implementação na instituição.

Direcção Executiva do Conselho de Administração exercida pelos membros com funções de gestão corrente da sociedade:

Apresenta como principais responsabilidades:

- Promover a implementação da estratégia e das políticas de gestão do controlo interno o que inclui a identificação de potenciais riscos operacionais e procedimentos de controlo.
- Desenvolve as seguintes competências:

Função de Controlo Interno

Com responsabilidades específicas na identificação coerente, compreensão dos riscos e oportunidades existentes no negócio único de gestão de carteiras de terceiros;

Função Compliance

Assegura a gestão do risco de *compliance*, competindo a salvaguarda da boa execução dos procedimentos de prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, e a identificação de eventuais incumprimentos e respectivas medidas para a sua correcção.

Função de Auditoria Interna

A Auditoria Interna é uma actividade permanente e objectiva, que visa monitorizar, de forma a identificar, com oportunidade, a potencialidade de maior risco e avaliar a eficácia da sua gestão, bem como a adequabilidade dos procedimentos de controlo. Descreve uma síntese das principais deficiências detectadas nas acções de controlo, que possam evidenciar tendências de deterioração do sistema de controlo interno, bem como indicando e identificando as



Handwritten signature and initials.

recomendações que foram seguidas. Esta actividade é desenvolvida em estreita articulação, com o apoio e considerando as opiniões e observações do Revisor Oficial de Contas ou Auditor Externo.

ANEXO III. Adequação de Capitais

Secção A. Informação qualitativa

Os fundos próprios necessários para fazer face a estes objectivos, são calculados a partir das demonstrações financeiras e são constituídos pelos fundos próprios de base e pelos fundos próprios complementares e pelos fundos próprios suplementares.

Os principais elementos constitutivos dos fundos próprios de base do Pedro Arroja SGPS, SA é em 31 de Dezembro de 2014 o capital elegível – designadamente o capital realizado e as reservas e resultados elegíveis (interesses minoritários).

A sociedade mãe não tinha a 31 de Dez de 2014 fundos próprios complementares ou fundos próprios suplementares.

O capital deve não só cobrir as exigências regulamentares da actividade corrente (incluindo as exigências do rácio de solvabilidade e as exigências suplementares que as autoridades de supervisão podem impor) mas também respeitar as necessidades estratégicas de crescimento, sujeitas às condições de mercado e salvaguardar uma imagem de solidez junto do mercado.

Assim, a empresa mãe utiliza o método padrão para o apuramento dos requisitos de capital prudencial.

O Grupo Pedro Arroja centra-se na área especializada da gestão de carteiras, sendo a gestão da adequação dos capitais centrada nessa actividade.

O rácio de solvabilidade apurado na conformidade da legislação de supervisão financeira é de 137,3%, com excesso de fundos próprios de 5 199,16 Eur.



Secção B. Informação quantitativa / modelos

a. Desagregação dos fundos próprios do Grupo

Estes foram os fundos próprios do Grupo Pedro Arroja calculados de acordo com as regras prudenciais vigentes. São também apresentados, para comparação, os valores de 2013.

	2014	2013
1. Fundos próprios totais para efeitos de solvabilidade (=SUM (1.1 a 1.5))	5,199,161	5,758,342
1 Fundos próprios de base (=SUM (1.1.1 a 1.1.5))	5,199,161	5,758,342
1.1.1. Capital elegível (=SUM (1.1.1.1 a 1.1.1.4))	3,945,000	3,945,000
1.1.1.1. Capital realizado	3,945,000	3,945,000
1.1.1.2. (-) Ações próprias		
1.1.1.3. Prémios de emissão		
1.1.1.4. Outros instrumentos equiparáveis a capital		
1.1.2. Reservas e Resultados elegíveis (=SUM (1.1.2.1 a 1.1.2.7))		
1.1.2.1. Reservas	-761,738	-491,390
1.1.2.2. Interesses minoritários elegíveis	2,239,302	2,390,029
1.1.2.3. Resultados do último exercício e resultados provisórios do exercício em curso		
1.1.2.4. (-) Resultados negativos do último exercício e resultados negativos provisórios do exercício em curso	-223,403	-85,297
1.1.2.5. Resultados do último exercício e resultados provisórios do exercício em curso		
1.1.2.6. (-) Lucros líquidos resultantes da capitalização de receitas futuras provenientes de activos titularizados		
1.1.2.7. Diferenças de reavaliação elegíveis para fundos próprios de base		
1.1.3. Fundo para riscos bancários gerais		
1.1.4. Outros elementos elegíveis para os fundos próprios de base (=SUM (1.1.4.1 a 1.1.4.2))		
1.1.4.1. Impacto na transição para as NIC/NCA (impacto negativo)		
1.1.4.2. Outros elementos elegíveis para os fundos próprios de base		
1.1.5. (-) Outros elementos dedutíveis aos fundos próprios de base		
1.1.5.1. (-) Imobilizações incorpóreas/Activos intangíveis		
1.1.5.2. (-) Excedente em relação aos limites de elegibilidade de instrumentos incluídos nos fundos próprios de base		
1.1.5.3. (-) Outros elementos dedutíveis aos fundos próprios de base		
1.2. Fundos próprios complementares (=SUM (1.2.1 a 1.2.3))		
1.2.1. Fundos próprios complementares - Upper Tier 2		
1.2.2. Fundos próprios complementares - Lower Tier 2		
1.2.3. (-) Deduções aos fundos próprios complementares		
1.3. (-) Deduções aos fundos próprios de base e complementares (=SUM (1.3a e 1.3b))		
1.3.a. Das quais: (-) Aos fundos próprios de base		
1.3.b. Das quais: (-) Aos fundos próprios complementares		
1.4. (-) Deduções aos fundos próprios totais		
1.5. Fundos próprios suplementares totais disponíveis para cobertura de riscos de mercado		
1.8. Por memória:		
1.8.1. (+) Excesso / (-) Insuficiência de correcções de valor e de "provisões" nas posições ponderadas pelo risco através do método das Notações Internas		
1.8.1.1. Montante de correcções de valor e de "provisões" no método das Notações Internas		
1.8.1.2. (-) Perdas esperadas determinadas pelo método das Notações Internas		
1.8.2. Valor nominal dos empréstimos subordinados reconhecidos como elemento positivo dos fundos próprios		
1.8.3. Requisito mínimo de capital social		
1.8.4. Fundos próprios de referência para efeito dos limites relativos aos grandes riscos	5,199,161	5,758,342

Valores em milhares de euros



Handwritten signature/initials.

IV – Risco de Crédito de Contraparte

Não aplicável a esta sociedade financeira por não estar autorizada para a actividade de concessão de crédito.

Em relação a esta análise, consagrado e aplicado o princípio da segregação patrimonial, as sociedades Pedro Arroja não têm carteira de negociação, pelo que não há materialidade ou impacto no cálculo dos fundos próprios relativos a posições da carteira, os riscos de mercado e de crédito, de taxa de juro, os riscos cambiais e de mercadorias, e por isso sem sujeição ao estabelecimento de sistemas e controlos de gestão para a fiscalizar e controlar os grandes riscos.

V- A/C – Risco de Crédito – Aspectos Gerais / Método Padrão/ Método Notações Internas

Não aplicável a esta sociedade financeira por não estar autorizada para a actividade de concessão de crédito.

Em relação a esta análise, consagrado e aplicado o princípio da segregação patrimonial, as sociedades Pedro Arroja não têm carteira de negociação, pelo que não há materialidade ou impacto no cálculo dos fundos próprios relativos a posições da carteira, os riscos de mercado e de crédito, de taxa de juro, os riscos cambiais e de mercadorias, e por isso sem sujeição ao estabelecimento de sistemas e controlos de gestão para a fiscalizar e controlar os grandes riscos.

VI – Técnicas de Redução do Risco de Crédito

Não aplicável a esta sociedade financeira por não estar autorizada para a actividade de concessão de crédito.

Em relação a esta análise, consagrado e aplicado o princípio da segregação patrimonial, as sociedades Pedro Arroja não têm carteira de negociação, pelo que não há materialidade ou impacto no cálculo dos fundos próprios relativos a posições da carteira, os riscos de mercado e de crédito, de taxa de juro, os riscos cambiais e de mercadorias, e por isso sem sujeição ao estabelecimento de sistemas e controlos de gestão para a fiscalizar e controlar os grandes riscos.

VII – Operações de Titularização

Não aplicável a esta sociedade financeira por não estar autorizada para a actividade de concessão de crédito.

Em relação a esta análise, consagrado e aplicado o princípio da segregação patrimonial, as sociedades Pedro Arroja não têm carteira de negociação, pelo que não há materialidade ou impacto no cálculo dos fundos próprios relativos a posições da carteira, os riscos de mercado e de crédito, de taxa de juro, os riscos cambiais e de mercadorias, e por isso sem sujeição ao estabelecimento de sistemas e controlos de gestão para a fiscalizar e controlar os grandes riscos.

VIII – Riscos de Posição, de Crédito de Contraparte e de Liquidação da Carteira de Negociação

Não aplicável a esta sociedade financeira por não estar autorizada para a actividade de concessão de crédito.



Em relação a esta análise, consagrado e aplicado o princípio da segregação patrimonial, as sociedades Pedro Arroja não têm carteira de negociação, pelo que não há materialidade ou impacto no cálculo dos fundos próprios relativos a posições da carteira, os riscos de mercado e de crédito, de taxa de juro, os riscos cambiais e de mercadorias, e por isso sem sujeição ao estabelecimento de sistemas e controlos de gestão para a fiscalizar e controlar os grandes riscos.

IX – Riscos Cambial e de Mercadorias das Carteiras Bancária e de Negociação

Não aplicável a esta sociedade financeira por não estar autorizada para a actividade de concessão de crédito.

Em relação a esta análise, consagrado e aplicado o princípio da segregação patrimonial, as sociedades Pedro Arroja não têm carteira de negociação, pelo que não há materialidade ou impacto no cálculo dos fundos próprios relativos a posições da carteira, os riscos de mercado e de crédito, de taxa de juro, os riscos cambiais e de mercadorias, e por isso sem sujeição ao estabelecimento de sistemas e controlos de gestão para a fiscalizar e controlar os grandes riscos.

X – Posições em Risco sobre Acções da Carteira Bancária

Não aplicável a esta sociedade financeira por não estar autorizada para a actividade de concessão de crédito.

Em relação a esta análise, consagrado e aplicado o princípio da segregação patrimonial, as sociedades Pedro Arroja não têm carteira de negociação, pelo que não há materialidade ou impacto no cálculo dos fundos próprios relativos a posições da carteira, os riscos de mercado e de crédito, de taxa de juro, os riscos cambiais e de mercadorias, e por isso sem sujeição ao estabelecimento de sistemas e controlos de gestão para a fiscalizar e controlar os grandes riscos.

XI – Risco Operacional

De acordo com as disposições legais, é típico como risco operacional, o que decorre de perdas resultantes da inadequação ou deficiência de procedimentos, do pessoal ou dos sistemas internos ou de acontecimentos externos, incluindo os riscos jurídicos.

O Grupo Pedro Arroja possui uma estrutura organizacional bem definida é transparente e prima pela clareza hierárquica. O funcionamento da actividade corrente e operacional, no sentido de assegurar a boa gestão e controlo das operações.

A responsabilidade da actividade operacional da empresa mãe e filiais cabe aos membros do Conselho de Administração, que exercem funções executivas.

Este padrão de estrutura organizacional, permite à sociedade financeira um desempenho eficiente com vista ao objectivo da continuidade do negócio e sobrevivência da instituição, através, nomeadamente, de uma adequada gestão e controlo dos riscos da actividade.

O potencial impacto do risco operacional, na solvabilidade ou na adequação dos fundos próprios do Grupo são os constantes do ponto 2, do ponto subsequente.

XII – Análise de Sensibilidade dos Requisitos de Capital – modelo “risco taxa de juro”

1. Em relação a esta análise, consagrado e aplicado o princípio da segregação patrimonial, as sociedades Pedro Arroja não têm carteira de negociação, pelo que não há materialidade ou impacto no cálculo dos fundos próprios relativos a posições da carteira, os riscos de mercado e de crédito, de taxa de juro, os riscos cambiais e de mercadorias, e por isso sem sujeição ao



Handwritten signature/initials.

estabelecimento de sistemas e controlos de gestão para a fiscalizar e controlar os grandes riscos.

2. A sociedade presta a informação de natureza qualitativa, quer quanto ao âmbito e tipo de incidência e assumidas essas hipóteses, ou cenários subjacentes ou introduzindo os acontecimentos adversos, o seu impacto na situação líquida do Grupo Pedro Arroja.

Hipóteses de cenários

Cenários	Fundos próprios totais para efeitos de solvabilidade	Rácio de solvabilidade (%)
Redução de 30% do valor da carteira	4,867,693	136.7%
Redução de 60% do valor da carteira	4,839,028	136%
Redução de 100% do valor da carteira	4,800,904	135.2%